Revista Brasileira de Educação em Geografia
www.revistaedugeo.com.br
ISSN 2236-3904

A HETEROGENEIDADE CRIADORA JUVENIL E A ELABORAÇÃO DE SUA CONDIÇÃO CIDADÃ COM O SUPORTE DAS FERRAMENTAS DIGITAIS

Marcos Roberto Pavani
caopavanil@gmail.com.br

Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

ORCID: https://orcid.org/0000.0002.9379.3278

Maria Aparecida Mello
mmello@ufscar.br

Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) Professora Titular/Sênior da UFSCar.

ORCID: https://orcid.org/0000.0003.2404.7957

RESUMO

Esse texto, apresentado no 15º Encontro Nacional de Práticas de Ensino em Geografia (ENPEG 2022), resulta das pesquisas e análises realizadas no doutoramento do autor e aborda a heterogeneidade criadora da cidadania presente nas ações e mobilizações políticas juvenis mais recentes no Brasil, ações essas apoiadas nas modernas ferramentas digitais de informação e comunicação (TICs). Com o aporte da Teoria Histórico-Cultural e da Geografia Crítica, bem como do Materialismo Histórico-Dialético pertinente a ambos os campos teórico-metodológicos, esse trabalho está baseado nos dados obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas (presenciais e remotas) e estudo de caso. Seu propósito é discutir, sob a perspectiva qualitativa, as mediações e processos educacionais realizados no âmbito das seguintes mobilizações: ocupações secundaristas ocorridas no Brasil em 2015 e 2016 – "Grupo Ocupas" e nas ações juvenis organizadas pela juventude de Heliópolis, em São Paulo – "Observatório de Olho na Quebrada", especialmente nas atividades que desenvolveram para mitigar os impactos provocados pelo isolamento social imposto pela pandemia da Covid-19. As abordagens e análises realizadas permitiram o reconhecimento da ampla utilização das ferramentas digitais pela juventude e a estreita relação entre o uso dessas ferramentas e os êxitos alcançados pelas ações. Todas as estratégias de ação e as futuras formas de organização das lutas, em ambos os grupos de jovens considerados, foram compartilhadas com os seus integrantes de forma muito rápida e ampla por meio de aplicativos de conversa. Além disso, os modos de organização e mobilização apresentados pelas atividades desempenhadas pela juventude estudada apontaram caminhos importantes para as futuras práticas pedagógicas, uma vez que demonstraram a necessidade de consideração das mediações realizadas fora do âmbito escolar, de modo não formal, para o processo de desenvolvimento de conceitos, não apenas o de cidadania, enfatizado neste estudo, mas, sobretudo, para o desenvolvimento do conhecimento humano e para as necessárias transformações das condições materiais existentes.

PALAVRAS-CHAVE

Heterogeneidade criadora; Juventude; Ferramentas digitais; Cidadania.

THE CREATIVE JUVENILE HETEROGENEITY AND THE ELABORATION OF THEIR CITIZEN CONDITION WITH THE SUPPORT OF DIGITAL TOOLS

ABSTRACT

This text, presented at the 15th National Meeting of Teaching Practices in Geography (ENPEG 2022), results from the research and analysis carried out during the doctorate of its author and addresses the heterogeneity that creates citizenship in the most recent youth political actions and mobilizations in Brazil, and that are supported by modern digital information and communication tools (ICTs). With the contribution of Historical-Cultural Theory and Critical Geography, as well as dialectical historical materialism pertinent both theoretical-methodological fields, this work is based on data obtained through semi-structured interviews (face-to-face and remote) and case study. Its purpose is to discuss, from a qualitative perspective, the mediations and educational processes carried out in the scope of the following mobilizations: the secondary school occupations that took place in Brazil in 2015 and 2016 - Grupo Ocupas, and in the youth actions organized by the youth of Heliópolis, in São Paulo, Observatório de Olho na Quebrada, especially in the activities they developed to mitigate the impacts caused by the social isolation imposed by the Covid-19 pandemic. The approaches and analyses carried out allowed the recognition of the widespread use of digital tools by youth and the close relationship between the use of these tools and the successes achieved by the actions. All the action strategies and future forms of organizing the struggles, in both groups of young people considered, were shared with their members very quickly and widely via chat apps. In addition, the ways of organizing and mobilizing presented by the activities performed by the youth studied pointed out important paths for future pedagogical practices, since they demonstrated the need to consider mediations carried out outside the school environment, in a non-formal way, for the process of developing concepts, not only that of citizenship, emphasized in this study, but, above all, for the development of human knowledge and for the necessary transformations of existing material conditions.

KEYWORDS

Creative heterogeneity; Youth; Digital tools; Citizenship.

LA HETEROGENEIDAD CREADORA JUVENIL Y LA ELABORACIÓN DE SU CONDICIÓN CIUDADANA CON EL SOPORTE DE LAS HERRAMIENTAS DIGITALES

RESUMEN

Ese texto, presentado en el 15° Encontro Nacional de Práticas de Ensino em Geografia (Encuentro Nacional de Prácticas de Enseñanza en Geografía - ENPEG 2022), resulta de las investigaciones y análisis realizados en el doctorado de su autor y aborda la heterogeneidad creadora de la ciudadanía presente en las acciones y movilizaciones políticas juveniles más recientes en Brasil, acciones estas respaldadas en las modernas herramientas digitales de información y comunicación (TICs). Con el aporte de la Teoría Histórico-Cultural y de la Geografía Crítica, así como del Materialismo Histórico-Dialéctico pertinente a ambos campos teórico-metodológicos, este trabajo está basado en los datos obtenidos por medio de

entrevistas semiestructuradas (presenciales y remotas) y estudio de caso. Su propósito es discutir, bajo la perspectiva cualitativa, las mediaciones y processos educacionales realizados en el ámbito de las siguientes movilizaciones: ocupaciones secundaristas ocurridas en Brasil en 2015 y 2016 - "Grupo Ocupas" y en las acciones juveniles organizadas por la juventud de Heliópolis, en São Paulo - "Observatorio de Olho na Quebrada", especialmente en las actividades que desarrollaron para mitigar los impactos provocados por el aislamiento social impuesto por la pandemia de Covid-19. Los abordajes y análisis realizados permitieron el reconocimiento de la amplia utilización de las herramientas digitales por la juventud y la estrecha relación entre el uso de estas herramientas y los éxitos logrados por las acciones. Todas las estrategias de acción y las futuras formas de organización de las luchas, en ambos los grupos de jóvenes considerados se compartieron con sus integrantes de forma muy rápida y amplia por medio de aplicaciones de conversación. Además de eso, los modos de organización y movilización presentados por las actividades desempeñadas por la juventud estudiada señalaron caminos importantes para las futuras prácticas pedagógicas, una vez que demostraron la necesidad de consideración de las mediaciones realizadas fuera del ámbito escolar, de modo no formal, para el proceso de desarrollo de conceptos, no solamente el de ciudadanía, enfatizado en este estudio, sino, sobre todo, para el desarrollo del conocimiento humano y para las necesarias transformaciones de las condiciones materiales existentes.

PALABRAS CLAVE

Heterogeneidad creadora; Juventud; Herramientas digitales; Ciudadanía.

Introdução

A juventude tem apresentado, nos últimos tempos, formas de organização e mobilização que surpreendem pelo seu arranjo elaborado e eficácia. Sem a pretensão de estabelecer paralelos mais amplos de comparação com as formas de atuação juvenis anteriores, busco, neste texto, destacar os êxitos das manifestações mais recentes.

Ao tratar das mobilizações de jovens no Brasil, que aqui denomino como as mais recentes, refiro-me àquelas que tiveram início com a reivindicação pelo “Passe-Livre” (2013) e que foram seguidas por outros movimentos, com pautas bastante amplas e distintas, até mesmo, em alguns casos, contrárias, tais como o movimento “Vem Pra Rua” (2013 – 2016), o Ocupas (2015 – 2016), a mobilização contra a “PEC dos Gastos Públicos”, e a ocorrida em São Paulo pela “CPI da Merenda” (2016), chegando até o movimento “Ele Não!” (2018), (Pavani, 2021).

Excetuando-se o movimento pela investigação dos desvios na verba pública para a aquisição da merenda escolar do estado de São Paulo, todos os demais tiveram abrangência nacional e as maiores manifestações foram registradas nas principais cidades do país.

Essas recentes mobilizações e diferentes formas de performar adotadas pela juventude, apoiam-se na gama de possibilidades criadas pelas tecnologias da informação e comunicação (TICs) que nos cercam.

> [...] um novo sistema de comunicação que fala cada vez mais uma língua universal digital tanto está promovendo a integração global da produção e distribuição de palavras, sons e imagens de nossa cultura, personalizando-os ao gosto das identidades e humores dos indivíduos. As redes interativas de computadores estão crescendo exponecialmente, criando novas formas e canais de comunicação, moldando a vida e, ao mesmo tempo, sendo moldadas por elas (Castells, 1999, p. 22).

Como é reforçado nas análises apresentadas por Gohn (2018), muitos são os elementos revelados nessas manifestações:

> As manifestações de junho de 2013, organizadas a partir da convocação de grupos de jovens, atribuíram novos significados às lutas sociais. Antes de junho de 2013, pesquisas já indicavam o protagonismo dos jovens nas redes sociais. [...] Elas afetaram o campo da política e a correlação das forças político-partidárias foi tensionada. A democracia ampliou-se e abrigou grupos e movimentos com outros repertórios, outras linguagens e *performances* diferentes das usuais nas ruas até então [...] (Gohn, 2018, p. 122).

De posse dessas modernas ferramentas tecnológicas, este grupo de jovens atua no intuito de promover suas ações político-sociais, tanto no âmbito educacional formal, quanto fora dele, nas esferas não formais de ensino. Essas ações são, em grande maioria: "[...] oriundas de redes de relacionamentos produzidas nos novos espaços-tempos da internet, dos mercados de consumo, de grupos culturais juvenis e intergeracionais, de grupos religiosos e de culturas criativas e periféricas" (Carrano, 2011, p. 18).

Com tal atuação, essas juventudes criam relevantes desafios para as práticas pedagógicas, uma vez que a dinâmica com a qual se instrumentalizam é bastante vigorosa e, em grande medida, superior ao domínio e incorporação desses recursos pela prática docente.

> Atualmente, o espaço é amplamente modificado e dinamizado pelos mais diversos recursos das tecnologias da informação e comunicação (TICs), como por exemplo: notebooks, smartphones e seus diversos usos possibilitados pela rede mundial (internet), como as redes sociais, blogs, aplicativos e afins, típicos da era globalizada, que competem, em grande parte, de forma desigual com o trabalho de professoras e professores (Pavani, 2021, p. 13).

No que se refere às práticas educativas formais, sistematizadas e desenvolvidas no âmbito escolar, apesar do descompasso citado, muitas atividades pedagógicas são respaldadas pelos modernos recursos de informação e comunicação proporcionados pelo

desenvolvimento do meio técnico-cientifico-informacional (Santos, 2013). Esses recursos impactam diretamente sobre nossas relações sociais e nas modificações que promovemos no nosso meio.

> A nossa sociedade passa por momentos de transformações. Estas mudanças ocorrem devido às novas tecnologias de informação e comunicação, que aos poucos, vão se interligando a atividade educativa. A revolução da informática trouxe consigo inúmeros impactos que, por sua vez, atingiram diversas áreas sociais. A educação não escapa dessa mudança. Cada vez mais a tecnologia se faz presente na escola e no aprendizado do aluno, seja pelo uso de equipamentos tecnológicos seja por meio de projetos envolvendo educação e tecnologia (Oliveira, Moura e Sousa, 2015, p. 76).

Nesse sentido, torna-se fundamental considerarmos as potencialidades transformadoras e educativas que essas ferramentas digitais nos oferecem, tanto para a aprendizagem que se realiza no âmbito escolar, quanto em contextos sociais extraescolares, alheios ao planejamento pedagógico e às práticas formais.

Apoiado na Teoria Histórico-Cultural e na Geografia Crítica, bem como no Materialismo Histórico-Dialético, comum aos dois campos teórico-metodológicos, esse texto procura explicitar os ganhos educacionais presentes em algumas das ações e mobilizações juvenis recentes no Brasil, demonstrando a contribuição das ferramentas digitais para isso.

Com base em entrevistas semiestruturadas, realizadas de forma remota nos anos de 2020 e 2021, em razão do isolamento social causado pela pandemia da Covid-19, sob a perspectiva da abordagem qualitativa, este artigo discute as mediações e conquistas educacionais presentes nas ocupações secundaristas de 2015 e 2016 e na articulação/mobilização social da juventude da comunidade de Heliópolis, em São Paulo.

Os resultados coletados durante as pesquisas de doutoramento do autor, apontaram relevantes aspectos da elaboração da prática cidadã da juventude envolvida nas mobilizações analisadas. Em ambos os casos, tanto no caso das ocupações secundaristas, quanto nas ações da juventude de Heliópolis, foi possível reconhecer as mediações educacionais exitosas como base no uso das ferramentas digitais e a contribuição delas para o amplo exercício da cidadania, não apenas como conceito apreendido, mas, sobretudo, como prática coletiva cotidiana.

A cidadania como conceito e prática coletiva cotidiana

O conceito de cidadania que orientou as discussões apresentadas nesse trabalho é o que considera a cidadania em movimento, em elaboração constante, para além do conceito trabalhado e apreendido no âmbito escolar, ou seja, na sua reverberação e ampliação cotidianas.

Nesse sentido, realizo nesse texto ênfase na ideia de resgate e manutenção da cidadania, uma vez que não há garantias de que ela seja plenamente respeitada. Suas estruturas são constantemente abaladas por ataques orquestrados pelos mais diversos interesses que permeiam as relações no modelo capitalista de produção, especialmente na fase do neoliberalismo ultracompetitivo em que vivemos.

> O chamado mundo quer acabar com as cidadanias, mas cada nação e cada espaço e cada cidade é que vai ter a força de recriar esse cidadão – que vai contribuir, creio eu, mais tarde, para sugerir uma outra globalização. [...] essa é a nossa tarefa no começo do século 21[...]. É a recriação da cidadania mediante uma outra globalização, horizontalizada e não verticalizada como a atual, na qual a vida não seja tributária do cálculo, mas haja espaço para a emoção – que é o que une os homens (Santos, 2002, p. 141-142)

A noção de cidadania que proponho discutir neste trabalho corrobora com as defendidas e apresentadas por Gohn (2012):

> A cidadania se constrói no cotidiano, através do processo de identidade político-cultural que as lutas cotidianas geram. [...] a construção da cidadania coletiva se realiza quando parte-se para a elaboração de estratégias de formulação de demandas e táticas de enfrentamento dos oponentes [...] (Gohn, 2012, p. 20).

Deste modo, merece destaque o entendimento de cidadania aliada à formação de pessoas mobilizadas pelas transformações necessárias das condições materiais existentes, no intuito da construção de espaços cada vez mais democráticos e justos. Espaços que contemplem os anseios e demandas do maior número de pessoas e não de segmentos, apenas. Harvey (2014), ao tratar do tipo de vida e de cidades que devemos criar, lança luz sobre o conceito mais amplo de cidadania:

> [...] a questão do tipo de cidade que queremos não pode ser separada da questão do tipo de pessoas que queremos ser, que tipos de relações sociais buscamos, que relações com a natureza nos satisfazem, que estilo de vida desejamos levar, quais são os nossos valores estéticos. O direito à cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo como nossos mais profundos desejos (Harvey, 2014, p. 28).

Esse entendimento de cidadania coloca-nos na mesma direção do conceito defendido por Freire (2001, p. 25), "[...] que cidadão significa indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado e que cidadania tem que ver com a condição de cidadão, quer dizer, com o uso dos direitos e o direito de ter deveres de cidadão".

De acordo com a mais recente publicação que regulamenta a docência na Educação Básica nacional, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), os objetivos da educação podem ser resumidos em: priorizar a capacidade de agir, individual e coletivamente, seguindo os princípios éticos, sempre com autonomia, responsabilidade, resiliência, buscando garantir uma coletividade democrática, sustentável e solidária (Brasil, 2018).

Embora existam muitas outras possibilidades de definição de cidadania, parece consensual entre elas a necessidade de reconhecimento dos direitos de cidadãs e cidadãos, bem como dos seus deveres em uma vida coletiva.

Dentre esses deveres do ser cidadão está evidente a importância da constante mobilização para a melhoria das condições materiais existentes, no âmbito pessoal e coletivo. Essa ideia de cidadania é reforçada pelas afirmações de Vásquez (2007) sobre a condição do ser que, para tornar-se humano, necessita superar a sua subjetividade e objetivar-se, tornando-se presente e atuante como ser social.

As ações e mobilizações juvenis consideradas nesse estudo despertaram, portanto, o desejo de sua realização, uma vez que elas apresentam a potência transformadora e resiliente esperada de uma sociedade formada por cidadãs e cidadãos, de fato.

A heterogeneidade criadora da cidadania

As mobilizações juvenis recentes, que foram analisadas neste estudo decorrente do doutorado que abordou o mesmo tema indicaram grande capacidade de organização e atuação das pessoas envolvidas. Em ambos os casos, tanto nas ocupações secundaristas, como na juventude de Heliópolis, diante das dificuldades encontradas, essas juventudes organizaram-se, mobilizaram-se e recriaram as condições materiais existentes.

Cabe destacar que a categoria "juventudes", considerada neste estudo, decorre da intenção de realizar uma melhor abordagem da complexidade desse segmento social, no intuito de evitarmos a simplificação da amplitude que alcança.

> A categoria juventude é entendida como uma construção social. Não pode ser tomada em sua base biológica, mas pode-se limitá-la para os estudos em faixa etária, sendo que muitos deles consideram a faixa entre 15 e 24 anos. No entanto, ressalta-se a necessidade de se considerar contextos específicos e suas diferenças, e de se falar em juventudes e em culturas juvenis, no plural, para expressar elementos de identidade e processos de identificação de inúmeros grupos sociais (Cavalcanti, 2011, p. 8).

Nesse sentido, procuramos considerar tal grupo nos seus movimentos constitutivos de identidade própria, por meio de suas ações cotidianas de construção da cidadania, sem desconsiderar o contexto histórico-social em que as mesmas se deram, corroborando com as afirmações de Groppo (2004):

> [...] o essencial não é delimitar de antemão a faixa etária da sua vigência. Esta faixa etária não tem caráter absoluto e universal. É um produto da interpretação das instituições das sociedades sobre a sua própria dinâmica. A juventude trata-se de uma categoria social usada para classificar indivíduos, normatizar comportamentos, definir direitos e deveres. É uma categoria que opera tanto no âmbito do imaginário social, quanto é um dos elementos "estruturante" das redes de sociabilidade. De modo análogo à estruturação da sociedade em classes, a modernização também criou grupos etários homogêneos, categorias etárias que orientam o comportamento social, entre elas, a juventude (Groppo, 2004, p. 11).

Embora existam critérios técnicos de classificação da população em faixas etárias, que são amplamente utilizados por agências e órgãos responsáveis por estudos demográficos, o conceito de juventudes, como é destacado aqui e em vários estudos, é mais amplo e complexo, já que não se restringe à idade biológica, mas compreende os processos históricos e sociais nos quais se encontram mobilizados tais indivíduos e, sobretudo, como são admitidos pelos padrões sociais vigentes. Ser jovem compreende uma gama bastante diversificada de elementos constitutivos, promovedores de inúmeras subjetividades.

> Para além da diversidade, defendemos a tese de que é preciso pensar um conceito mais generalizável de juventude, pelo qual pudéssemos avaliar os diferentes modos de ser jovem e reconhecer as grandes desigualdades que marcam as juventudes contemporâneas, que fazem com que certos segmentos sociais possam viver mais plenamente sua condição juvenil do que outros (Turra Neto, 2016, p. 363-364).

É importante também considerarmos que as ações desempenhadas pelas juventudes implicam em transformações nas condições sociais e materiais existentes. À medida que se mobilizam e se transformam em determinados contextos históricos, orientadas pelas pautas defendidas, essas juventudes produzem novas espacialidades.

> A juventude é uma categoria em constante mutação não só em um sentido histórico, mas num viés geográfico. Não só a história muda ou modula maneiras de ser ou de se definir a juventude. As práticas sociais da juventude estão diretamente associadas à sua existência e, consequentemente, às suas relações socioespaciais (Santos e Chaveiro 2016, p. 72).

As transformações espaço-temporais promovidas pelas juventudes são resultado da capacidade de organização e superação das condições existentes. Um importante conceito da Teoria Histórico-Cultural que se relaciona diretamente a esta capacidade de superação das dificuldades encontradas é a "atividade volitiva" (Petrovski, 1980). Segundo este autor, essa atividade resume os esforços objetivos, realizados para a superação de obstáculos que se colocam no caminho.

Sobre os obstáculos encontrados pela juventude, no caso específico das ocupações secundaristas de 2015 e 2016, a decisão pela ocupação e fechamento das escolas foi a forma adotada para impedir que fosse levado adiante um decreto do então governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, que previa o fechamento de 94 unidades de escolas estaduais, provocando o remanejamento de estudantes em mais de 750 outras unidades de toda a rede.

Figura 1: Ocupação da Escola Estadual Diadema, SP - 2015



Fonte: Disponível em: https://hemetec.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/09/10nov2015-escola-estadual-diadema-e-ocupada-por-estudantes-em-protesto-a-reorganizacao-escolar-na-rede-publica-1447175414149_956x500.jpg. Acesso 04 fev 2025.

A primeira ocupação ocorreu na Escola Estadual Diadema (Diadema – SP), seguida pela Escola Estadual Fernão Dias (São Paulo – SP). À medida que o governo mantinha a decisão de levar adiante o polêmico decreto, outras unidades foram ocupadas em São Paulo (Groppo, 2018). Rapidamente, o movimento foi ampliado para

outros estados do país, adquirindo significativa dimensão e novos contornos. "Em semanas já estavam se somando às manifestações de ruas e a outras estratégias, como a realização de abaixo-assinados, postagens em mídias digitais e redes sociais, entre outras" (Pavani, 2021, p.117).

Como destacou Groppo, (2018, p. 94), "Durante seis semanas, com o apoio do sindicato dos professores estaduais, foram realizados cerca de 160 atos de protesto, em 63 municípios, com 'aulões' públicos, paralisação de aulas, manifestações e bloqueios de ruas." Ainda sobre a dimensão que esse movimento adquiriu, "No final de 2015 foram contabilizadas mais de 200 escolas estaduais ocupadas" (Corti, Corrochano e Alves, 2018, p. 122).

As ocupações secundaristas de 2015 foram bem sucedidas, pois forçaram o Governador de São Paulo a desistir do projeto que ele chamou de "reorganização" da rede pública de ensino do estado.

Entretanto, apesar de encerradas, elas foram inspiradoras para outros movimentos ocorridos em 2016, como a mobilização da juventude estudantil pela merenda escolar nas unidades das Escolas Técnicas do Estado de São Paulo (ETECs), do Centro Paula Souza, que resultou na ocupação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), pela instalação da "CPI da Merenda", no intuito de que fossem investigados possíveis desvios nos gastos públicos com a compra da merenda escola paulista.

Outra pauta reivindicatória dos estudantes, não apenas secundarista, mas também do ensino superior, foi a rejeição à "PEC dos Gastos Públicos" (2016), que promoveu elevados cortes nos investimentos públicos em educação no país. Esse movimento resultou em volumosas manifestações públicas pelas ruas das principais cidades do país. Também passou a compor a pauta reivindicatória das juventudes mobilizadas, a denominada Reforma do Ensino Médio do Brasil. Contrários à forma como a mesma foi encaminhada, com reduzida participação da comunidade envolvida, jovens de todo o país passaram a se mobilizar pelas ruas e pelas redes sociais na intenção de impedir que a mesma fosse aprovada.

Entre escolas, praças, assembleias, pelas ruas ocupadas e pelas redes, a mobilização sociopolítica de estudantes no Brasil foi muito significativa no período entre 2015 e 2016. Atingindo a sua maior amplitude em 2016, com registros em 20 estados, com um total de quase 1000 escolas ocupadas (Rossi, 2016; Kuboyama e Cunha, 2019).

Essa surpreendente dimensão alcançada pelas ocupações instigou análises que foram publicadas em diversos estudos, sendo denominada de "primavera secundarista"

(Singer, 2013), ou mesmo de "insurreição adolescente" (Corti, Corrochano e Alves, 2018).

De posse da expressão "A escola é nossa!", o grupo autodenominado Ocupas passou a realizar nas escolas por ele ocupadas e fechadas, muitas atividades educativas, culturais e, também, muitas outras de interesse coletivo, como palestras e debates. O movimento, que inicialmente previa impedir a execução do decreto governamental, ganhou novos sentidos. As pautas tornaram-se diversificadas, abrangendo temas caros à educação e à política do país, além de incorporarem elementos do cotidiano das escolas ocupadas, tais como a divisão de tarefas de limpeza e de preparo da alimentação a ser consumida pelos integrantes do movimento.

> [...] a percepção sobre o espaço da escola também muda com a ocupação. A permanência no espaço durante os longos períodos de tempo desencadeia um processo de apropriação da escola, tanto concreto quanto simbólico. Os estudantes trabalharam muito nas escolas durante as ocupações, fazendo limpeza diária e mutirões especiais para cortar o mato, desentupir calhas e ralos, reorganizar depósitos, revitalizar as paredes tanto com grafites quanto pintando etc. [...] Esses tipos de atividade foram parte substancial das rotinas das ocupações, intercalando-se com atividades recreativas, culturais, educativas e, claro, com as assembleias (Campos *et al*., 2016, *apud* Kuboyama e Cunha, 2019, p. 38).

Outro dado relevante dessas ações foi a forma de articulação do movimento e a utilização das ferramentas digitais para isso. Com o domínio de recursos como *smartphones* e outras ferramentas digitais, passaram a compartilhar instantaneamente as conquistas cotidianas e as estratégias a serem adotadas, permitindo a conexão entre os grupos, nas diversas unidades escolares ocupadas, nos mais variados estados do país. Em pouco tempo a rede estava criada, permitindo amplo compartilhamento de dados e fatos, instigadores de novas ações e articulações.

Essa capacidade de comunicação instantânea foi importantíssima desde o princípio das ocupações, pois com o uso das ferramentas digitais os grupos foram se inspirando nas orientações compartilhadas do manual divulgado pelo coletivo "Mal Educado" (Argentina e Chile)[1], manual esse denominado "Como ocupar um colégio". Essa referência foi fundamental para as ações no Brasil, pois não havia um modelo em que pudessem se basear. O manual de como agir foi escrito pelas juventudes mobilizadas, portanto, em plena ação coletiva.

Embora as mobilizações não tenham conseguido atingir plenamente seus objetivos, pois a "PEC dos Gastos Públicos" foi aprovada e o Ensino Médio sofreu a tão

[1] Para informações sobre o coletivo veja: https://gremiolivre.wordpress.com/. Acesso em 25 maio 2021.

criticada reforma, os resultados alcançados são considerados extremamente positivos, uma vez que nos indicaram a capacidade de organização, mobilização e, principalmente, transformação da realidade pelas juventudes. Não só a realidade à sua volta foi modificada, mas, também, foi muito importante para a sua reelaboração subjetiva como indivíduos e cidadãos, como podemos reconhecer na fala de uma das participantes durante entrevista a um programa de televisão:

> Cada estudante que participou das ocupações teve um crescimento pessoal muito grande. Infelizmente, no contexto geral, nós não fomos escutados, não fomos atendidos, mas o nosso conhecimento foi muito maior que do que uma simples aprovação da reforma. [...] as ocupações, o movimento estudantil, complementam uma defasagem que a gente tem na escola. O aprendizado de cidadania e política nas ocupações e no movimento estudantil é muito maior. E quando eu falo de política eu não estou falando de uma política partidária. Eu estou falando da sensibilidade do adolescente em entender que ele é um ser político, ele se reconhecer como um ser político, e que a política está presente em todas as suas atitudes e dele entender o que cada atitude dele tem de impacto na política. (Ana Júlia, participante da ocupação no PR, 2017)[2].

Além disso, outra relevante e potente organização social considerada neste artigo é a capacidade de organização e mobilização juvenil, a denominada "heterogeneidade criadora" da cidadania (Santos, 2013), que foi apresentada pela juventude mobilizada da comunidade de Heliópolis, em São Paulo.

Contudo, o estabelecimento das dimensões reais de Heliópolis torna-se tarefa complexa, uma vez que se trata de uma comunidade resultante do processo de favelização. A coleta de dados nessas áreas costuma ser falha em decorrência de metodologias pouco eficazes.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Censo de 2010 foram quantificados 12.105 domicílios em Heliópolis e uma população de 41.118 pessoas[3].

Entretanto, suas dimensões territoriais e demográficas são de difícil mensuração, uma vez que para o IBGE as favelas eram até o penúltimo censo (IBGE, 2010) consideradas como "aglomerados subnormais", termo utilizado para designar as moradias nas favelas, geralmente erguidas em terrenos irregulares, uma vez que não possuem o título definitivo de posse, resultando de movimentos sociais de ocupação de terras (IBGE, 2010).

---

[2] Disponível em: https://globoplay.globo.com/v/5766343/. Acesso em 19 maio 2021.

[3] Censo 2010, Tabela 2 – Domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais, população residente em domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais, por sexo, e média de moradores em domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação, os municípios e aglomerados subnormais – 2010.

Contudo, no mais recente Censo do IBGE (2022), atendendo a uma demanda popular, finalmente as favelas passaram a ser designadas como tal, além do termo aglomerações urbanas, em substituição à antiga denominação bastante criticada por ser desprovida de um verdadeiro sentido.

No entanto, apesar dos avanços metodológicos apresentados pelo último Censo (2022), ainda é bastante complexa a identificação dos números reais em áreas de favelização. Segundo Santis (2014, p. 30):

> Quantificar a população e as reais condições de infraestrutura urbana da região de Heliópolis é uma tarefa árdua, pois significa abrir uma discussão sobre a demarcação político-administrativa daquele território utilizada pelos órgãos de governo, sempre mutante ao longo do tempo. A discussão tem caráter político, uma vez que são os dados oficiais que subsidiam as ações do poder público no que se refere a projetos de intervenção urbana e social.

Entretanto, para além de suas dimensões físicas, é sobre a dimensão humana e cidadã da população de Heliópolis que pretendo abordar. Afinal, para qualquer pessoa a pandemia da Covid-19 gerou muita insegurança, tais como as incertezas financeiras, o temor pela saúde, o medo da morte, enfim, uma gama bastante ampla de temores e angústias. A necessidade de isolamento social foi apenas uma das medidas tomadas para evitarmos danos maiores. Tivemos que aprender uma nova forma de viver e, sobretudo, sobreviver.

No entanto, para as populações mais pobres de países como o Brasil, marcado por um momento político bastante questionável, de negacionismo e medidas contrárias às orientadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), justamente por parte de quem deveria ser o exemplo, no caso o governo federal, a situação se tornou ainda mais grave e cruel. Exigir isolamento social de uma população que, em sua grande maioria, habita barracos apertados e depende de formas de trabalho informais, sem nenhuma garantia concreta, tornou-se uma das maiores perversidades do modelo capitalista em tempos de pandemia. É a face perversa da globalização que se apresenta como fábula (Santos, 2013).

Sem acesso à educação pública remota por falta de infraestrutura e, também, às fontes regulares de renda, jovens de Heliópolis se viram obrigados a tomar atitudes para minimizar os danosos impactos do momento pandêmico.

Nesse sentido, organizaram grupos em aplicativos de conversa (*WhatsApp*) e passaram a compartilhar conteúdos e tarefas escolares, estratégia para não deixarem de seguir a programação preparatória para os exames vestibulares e o Exame Nacional do

Ensino Médio (ENEM). Embora não seja a maneira mais adequada para as práticas de estudo, a forma encontrada criou uma rede de apoio e permitiu o acolhimento da juventude desassistida pela juventude mobilizada.

Em outra frente de luta, mas com propósitos semelhantes, um grupo de jovens se organizou e criou, como o apoio da União de Núcleos, Associações de Moradores de Heliópolis e Região (UNAS)[4], um grupo de estudos da realidade de Heliópolis, visando compreender e transformar a realidade ali existente. O grupo de estudos fundou o "Observatório de Olho na Quebrada", no qual concentram seus estudos e mapeamentos. Segundo nos relatou um dos integrantes do referido observatório:

> Essa coletividade de entender a importância do outro, entender a importância do que eu estou fazendo ali não é só pra mim, mas é pela melhoria de pessoas que estão precisando e ter essas pessoas como meus iguais, saca? Eu pelo menos sempre fui ensinado [...] nos projetos da UNAS que o outro é tão igual quanto você e que a gente tem que batalhar junto pra criar as coisas.
> Então, se tem uma pessoa passando fome numa outra ponta de Heliópolis, porque Heliópolis é muito grande, eu tenho que me preocupar com aquela pessoa, porque aquela pessoa está no mesmo lugar que eu. Se então aquela pessoa está passando fome agora, mais pra frente posso ser eu, porque a gente mora no mesmo lugar. Essa questão de coletividade, de pertencimento ao seu local, você se entender e de acordo com o território, você se entende dentro desse território, você se entende como parte funcional dele. A sua presença no território é importante para ele existir e a presença do outro também é [...].
> Então, você tem que cuidar não só da sua presença, mas da presença do outro dentro desse lugar e acho que é isso que faz Heliópolis ser Heliópolis, ser assim. Quando as pessoas começaram a se preocupar com as outras pessoas é que começaram a andar as coisas por aqui. Então, desde que surgiu a UNAS foi isso. Uma parte da população que morava numa ponta de Heliópolis, estava se preocupando com a população da outra ponta de Heliópolis, que não tinha nada a ver com eles, eles nunca falaram nada e tal, mas foram protestar pra ninguém perder sua casa. Então, acho que é essa coletividade, essa empatia que são as razões que me levam a fazer e desenvolver as coisas aqui dentro de Heliópolis (Jonas[5], entrevista, 2021).

A postura apresentada pelo Jonas, de sentimento de coletividade e preocupação com o próximo, destoa significativamente da educação promotora de valores individuais e da competição, tão comuns neste modelo neoliberal em que vivemos. Na sequência ele reitera o caráter social/coletivo da ação:

> Então, a gente foca muito pouco em números. Acho que a gente só pensa em números porque a gente vive de doação e vive de parcerias. A maioria dos parceiros gosta desta questão de números, então a gente tem que colocar e saber. Mas a gente está sempre pesquisando, está sempre tentando ver o lado qualitativo da coisa.
> Então, é assim que a gente avalia os resultados: de como a pessoa está, de como a gente fez diferença [...]. Se aquela família está conseguindo, se aquela criança

[4] Essa ONG foi considerada a melhor do Brasil na categoria desenvolvimento local e tem mais de 51 projetos sociais, que impactam na vida de mais de 10.000 pessoas. Para maiores informações consulte o endereço da UNAS, Disponível em: https://www.unas.org.br/. Acesso em 03 dez. 2020.

[5] Sua identidade foi preservada sendo substituída por um nome fictício.

> está conseguindo ir na creche, se a família está conseguindo trabalhar, se a família está melhor?
> Então, é isso, é mais qualitativo do que quantitativo que a gente avalia os resultados (Jonas, entrevista, 2021).

Nesse contexto, durante o período mais crítico da pandemia (2020 e 2021), a juventude de Heliópolis organizou mutirões para a produção e distribuição de máscaras para a população, arrecadou alimentos para a montagem e distribuição de cestas básicas, além de produção e compartilhamento de conteúdo informativo para a redução dos riscos de contágio e morte pelo coronavírus. Sobre essas ações, Jonas (em entrevista), avalia:

> Quando uma pessoa vem buscar cesta e entra com uma expressão de que tipo está preocupado com a vida, porque não sabe o que vai comer e ela recebe a cesta e ela sai com uma cara de aliviada, então tipo, eu já peguei telefone de gente fazendo ligação, específico agora na pandemia, né, e para falar pra pessoa pegar a cesta e aí ela deu um suspiro, de alívio mesmo.
> Eu acho que isso é um resultado, de fazer a diferença na vida das pessoas nem que seja um pouco, saca? Não precisa ser uma mudança extrema, como acabar com a fome no mundo, ou acabar com a fome em Heliópolis e é assim que eu avalio os resultados.
> [...] eu comecei ver todos esses resultados quando a gente começa a virar referência, tá ligado? [...] quando eu deixei de ser o Jonas e virei o moleque que faz ações da UNAS, tá ligado?

A expressão usada pelo entrevistado "quando eu deixei de ser o Jonas e virei o moleque que faz ações da UNAS", resume de modo substancial a importância que assumiu junto à comunidade. Ela denota a transformação que ele experimentou no processo de construção da cidadania, valorizando o papel que exerce no coletivo em detrimento do individual.

Antes desse momento de pandemia, esse grupo já tinha organizado censos e mapeamentos para a melhor identificação e localização de sua população vulnerável, quase sempre ignorada pelos censos oficiais.

> No caso específico de Heliópolis, a utilização das ferramentas digitais não foi apenas fundamental para a organização juvenil, por meio do desenvolvimento de seus estudos e comunicação. Elas também significaram muito para o melhor entendimento técnico da realidade existente em que se encontra essa juventude. A leitura crítica dos mapas oficiais e o domínio de certas ferramentas e programas computacionais permitiram a reelaboração desses mapas pela juventude de Heliópolis, ressignificando os documentos e identidades ali existentes (Pavani, 2021, p. 162).

Em ambos os casos aqui discutidos reconhecemos a capacidade juvenil de transformação da realidade constituída, caracterizando, portanto, a heterogeneidade criadora de sua cidadania. Essas ações engendradas reforçam a tese de que a origem das

"funções psíquicas superiores", conceito fundamental para a Teoria Histórico-Cultural, se fundamenta nas "relações sociais" (Vygotsky, 1995; Serrano, 2018). É na coletividade que o humano se reconhece como ser social, à medida que produz a sua condição na mediação com os demais sujeitos do meio social.

Sobre as referidas manifestações abordadas nesse texto, muitas são as pesquisas que foram e continuam sendo realizadas para melhor compreender esse fenômeno recente da participação política juvenil do país, uma vez que se constituem em importantes aspectos dos processos de aprendizagem que ocorrem em contextos não formais, como as ruas, as praças e as redes digitais.

Embora os resultados alcançados por tais mobilizações não sejam apenas positivos, uma vez que algumas pautas não foram atendidas, como por exemplo a tentativa de impedir a reforma do Ensino Médio, assim como os muitos episódios de perseguição ocorridos nas instituições de ensino, casos que foram amplamente relatados pelos participantes, há uma conquista efetiva para o processo educativo: a produção de outras condições materiais a partir da mobilização e autonomia juvenil.

Desse modo, os estudos acerca de tais mobilizações deverão indicar importantes caminhos para as práticas pedagógicas formais, já que será preciso, cada vez mais, aliar a educação formal a esses processos educacionais não formais, pois os dados evidenciaram que eles não são excludentes, mas, sobretudo, complementares.

Considerações finais

Os estudos e discussões aqui apresentados confirmam nossa hipótese: não há cidadania que esteja plenamente garantida ou que seja inerente ao humano. Ela necessita de reelaboração e manutenção constantes.

A mobilização dos dois grupos de jovens estudados e discutidos nesse artigo serviu de parâmetro para a constatação da necessidade da organização social e coletiva para a criação das condições do ser cidadão ou, em outra perspectiva, o resgate dessa condição humana, tantas vezes comprometida pelas circunstâncias criadas.

Os resultados alcançados indicaram a relevância das ferramentas digitais para as atividades engendradas pelas juventudes consideradas, dando o suporte necessário para a criação e o compartilhamento do conteúdo apreendido e, sobretudo, vivenciado nas mobilizações. Tanto no caso das ocupações secundaristas, quanto na comunidade de Heliópolis, as ferramentas digitais de informação e comunicação (TICs) ocuparam valioso

espaço nas articulações e conquistas. A velocidade e abrangência das informações por meio delas compartilhadas, foi fator fundamental para o êxito de grande parte das ações desenvolvidas.

Os sujeitos observados nesse estudo demonstraram, por meio das ações efetivadas no conjunto das mobilizações consideradas, a importância do domínio e da aplicação cotidiana das novas ferramentas digitais.

Portanto, constitui-se como um grande risco ao êxito das atividades sociais, dentre elas o processo educativo, a inobservância do papel que essas novas tecnologias podem desempenhar nas futuras mediações entre os sujeitos, os objetos e o meio social.

Para os projetos e práticas pedagógicas formais, desenvolvidas no âmbito escolar, fica o entendimento do quão potentes são essas ações transcorridas no contexto extraescolar, pois carregadas de objetividade e intencionalidade, permitem compreender o papel que desempenham na complementação das atividades educacionais sistematizadas no espaço e planejamento escolares, ampliando e ressignificando os aprendizados e o desenvolvimento do conhecimento humano nas mais diversas esferas.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

CAMPOS, Antônia Maria *et al*. **Escolas de luta**. São Paulo: Veneta, 2016. (Coleção Baderna).

CARRANO, Paulo. Jovens, escolas e cidades: desafios à autonomia e à convivência. In: Jovens, território e práticas educativas. **Revista Teias.** V. 12, nº 26, set./dez; 2011.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em redes.** Vol. I. (Trad.) Roneide Venancio Majer. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Aprender sobre a cidade: a geografia urbana brasileira e a formação de jovens escolares. **Revista Geográfica de América Central**, número especial, 2011, p. 1-18.

CORTI, Ana Paula de Oliveira; CORROCHANO, Maria Carla; ALVES, José. "Ocupar e resistir": a insurreição dos estudantes paulistas. *In*: COSTA, A. A. F; GROPPO, L. A. (Orgs.) **O movimento de ocupações estudantis no Brasil.** São Carlos: Pedro & João Editores. p. 85-117, 2018.

GOHN, Maria da Glória. JOVENS NA POLÍTICA NA ATUALIDADE - uma nova cultura de participação. **Cad. CRH**, vol.31, nº.82. Salvador: jan./abr. 2018**.** Disponível em: https://doi.org/10.1590/s0103-49792018000100008. Acesso em 10 ago. 2020.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 2012.

GROPPO, Luís Antonio Groppo. A. O novo ciclo de ações coletivas juvenis no Brasil. *In*: COSTA, A. A. F; GROPPO, L. A. (Orgs.) **O movimento de ocupações estudantis no Brasil.** São Carlos: Pedro & João Editores. p. 85-117, 2018.

GROPPO, Luís Antonio Groppo. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. **Revista de Educação do Cogeime**, ano 13, nº 25, dez., 2004.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes:** do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico 2010. **Aglomerados subnormais:** primeiros resultados. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/ Acesso em 05 jan. 2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico de 2022**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022. Acesso em 06 mai. 2024.

KUBOYAMA, Rey; CUNHA, Fábio César Alves. "A escola é nossa!": territorialidades do movimento estudantil nas ocupações das escolas de Londrina (PR) em 2016. **Revista NERA**, v. 22, n. 49, p. 31-58, 2019.

OLIVEIRA, Cláudio; MOURA, Samuel Pedrosa; SOUSA, Edinaldo Ribeiro de. TIC'S NA EDUCAÇÃO: a utilização das tecnologias da informação e comunicação na aprendizagem do aluno. **Pedagogia em Ação**, v. 7 n. 1, 2015, p.75-94.

PAVANI, Marcos Roberto. **Atividade mediatizadora, juventude e a apropriação política dos espaços por meio da heterogeneidade criadora.** Tese (Doutorado), Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Carlos 2021.

PETROVSKI, Arthur V. **Psicología General:** Manual didáctico para los institutos de Pedagogia. Moscú: Editorial Progreso, 1980.

ROSSI, Marina. **MBL monta contraofensiva para desocupar escolas no Paraná**. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/29/politica/1477698231_566717.html. Acesso em 20 mai. de 2021.

SANTIS, Marília de. **De favela a bairro educador:** protagonismo comunitário em Heliópolis. Dissertação (Mestrado), Universidade Nove de Julho – UNINOVE, São Paulo, 2014.

SANTOS, Andrea Pereira dos; CHAVEIRO, Eguimar Felício. A Constituição das identidades juvenis na metrópole contemporânea: a interface entre lugares e práticas socioespaciais. In: PAULA, Flávia Maria de Assis; CAVALCANTI, Lana de Souza; PIRES, Lucineide Mendes. (Orgs.). **Os jovens e suas espacialidades.** Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2016.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 23ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SANTOS, Milton. **O país distorcido:** o Brasil, a globalização e a cidadania. RIBEIRO, Wagner Costa Ribeiro (org.). São Paulo: Publifolha, 2002.

SERRANO, Elsie Alejandrina Pérez. **Proposições sobre a categoria Zona de Desenvolvimento Proximal na Educação Infantil.** Relatório (Pós-doutorado), Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Carlos 2018.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 97, p. 23-40, nov. 2013.

TURRA NETO, Nécio. Relações entre sociabilidade juvenil e mercado da diversão noturna em cidades médias. *In*: PAULA, Flávia Maria de Assis; CAVALCANTI, Lana de Souza; PIRES, Lucineide Mendes. (Orgs.). **Os jovens e suas espacialidades**. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2016.

VÁZQUEZ, Adolfo S. **Filosofia da Práxis**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VYGOTSKY, Lev. S. **Obras escogidas:** problemas del desarrollo de la psique. Tomo III. Madrid: Visor Distribuiciones, 1995.

Recebido em 7 de maio de 2024.

Aceito para publicação em 121 de fevereiro de 2025.